Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Liq Participações S.A. e controlada, distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
- 3. Principais políticas e práticas contábeis
- 4. Caixa e equivalentes de caixa
- 5. Contas a receber de clientes
- 6. Tributos a recuperar
- 7. Despesas antecipadas e demais ativos
- 8. Investimentos em controlada
- 9. Imobilizado
- 10. Intangível
- 11. Debêntures e Empréstimos e financiamentos
- 12. Arrendamento mercantil
- 13. Fornecedores
- 14. Salários, encargos sociais e benefícios
- 15. Tributos a recolher
- 16. Provisões para contingências e depósitos judiciais
- 17. Demais obrigações
- 18. Patrimônio Líquido
- 19. Receita operacional
- 20. Resultado por natureza
- 21. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas
- 22. Receitas (despesas) financeiras líquidas
- 23. Resultado por ação
- 24. Transações com partes relacionadas
- 25. Cobertura de seguros
- 26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
- 27. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa
- 28. Eventos Subsequentes
- 29. Covid-19

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Liq Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3"), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, sob o ticker: LIQO3 (ON). Foi constituída em julho de 2000 tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A sua sede social está localizada na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, Parte A, bairro Brás, na cidade e estado de São Paulo.

A Liq Participações S.A., ("Liq" ou "controladora"), ou em conjunto com suas subsidiárias ("Companhia") é uma das empresas líderes no Brasil em *customer experience*. Aproxima as marcas dos clientes de seus consumidores por meio de soluções completas em *customer relationship management* (CRM) e estratégias voltadas para o *trade e live marketing*. Com um olhar humano e uma abordagem all-line (varejo, voz, chat, e-mail, digital), a Companhia cria junto com seus clientes soluções customizadas, inteligentes, descomplicadas e centradas no consumidor final, utilizando a tecnologia e a multicanalidade como ferramentas.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia contava com aproximadamente 21.000 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal estão vinculados à Câmara de Arbitragem do Mercado para a solução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além, daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2019 a estrutura societária da Companhia e de sua controlada está apresentada a seguir:



^{*} Não operacional.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

1.1 Melhorias para retomada operacional da Companhia

A Companhia tem como foco se tornar a melhor opção para seus clientes com soluções completas em CRM, Trade e Live Marketing e BPO, de forma a preservar sua base de clientes e receita. Adicionalmente, no 2º semestre de 2019 foram iniciadas ações de revisão de sua estrutura de custos e despesas para possibilitar a retomada de sua margem operacional e geração de caixa, garantindo estabilidade e perenidade dos negócios em um ambiente regulatório com maior segurança jurídica, em especial nas relações trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 165.543, prejuízos acumulados de R\$ 702.939, passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 233.238, e incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em prejuízo corrente de R\$ 422.415. As medidas apresentadas nas notas 1.2 e 1.3 adiante fazem parte das ações em andamento que contribuirão para a melhoria do quadro atual.

1.2 Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia

A Companhia, em dezembro de 2018, iniciou entendimentos com seus credores financeiros para estabelecer novos termos e condições de seu endividamento financeiro com o objetivo de consolidar suas dívidas em uma nova emissão de debênture com previsão de conversibilidade em ações (7ª emissão).

Ao longo de 2019 foram realizadas reuniões com seus credores financeiros com o intuito de obter a adesão destes à proposta de renegociação. Em dezembro de 2019 a Companhia concluiu a fase de negociação de seu endividamento.

A Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia será feita através de um Plano de Recuperação Extrajudicial ("Plano"), no qual a Companhia obteve a adesão legalmente necessária de mais de 60% dos créditos para sua aprovação, percentual este que vincula todos os credores financeiros ao Plano. O Plano abrange unicamente os credores financeiros e não envolve seus fornecedores e seus colaboradores.

Em 30 de dezembro de 2019 a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ("Requerentes") ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira ("Pedido") na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228.

O referido pedido foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2020, autorizando a Administração a praticar os atos necessários para seu seguimento.

Após a homologação do Plano, as dívidas financeiras das Requerentes seguirão os novos termos e condições acordados e passarão a ser aplicáveis a todos os credores financeiros, na forma do Pedido e do Plano.

O valor total do endividamento financeiro no Plano (denominado como "Créditos Abrangidos") é de R\$1.268.323.606,43 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, trezentos e vinte e três mil, seiscentos e seis reais e quarenta e três centavos) e está detalhado

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

na Nota Explicativa Nº 11 - Debêntures / Empréstimos e financiamentos – sendo apresentado nestas demonstrações financeiras com base no critério do valor justo divulgado na Nota Nº 2.2.c.

De acordo com o Plano, a Liq Participações S.A. emitirá novas debêntures (7ª emissão) com 4 séries distintas que representarão as formas de pagamento a serem escolhidas pelos credores. As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures podem ser assim resumidas:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Conversível em ações	Opção de alocação
1 ^a	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2 ^a	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3 ^a	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4 ^a	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

A íntegra do Plano encontra-se disponível no site de relações com investidores da Companhia (ri.liq.com.br). A expectativa é que a homologação do Plano ocorra no 1° semestre de 2020.

A Companhia entende que as novas condições para seu endividamento financeiro são compatíveis com o seu atual fluxo de caixa, o que permitirá o foco na retomada da sua atividade operacional conforme descrito na Nota 1.1.

1.3 Integração de negócios – ETS Participações

Em 14 de outubro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimento em Participações Nilai – Multiestratégia ("FIP Nilai") uma proposta de integração de negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. ("ETS"), a qual foi submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, fixado nos termos do artigo 170, § 1.°, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai ("Aumento de Capital"). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.°, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da Liq no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração ("Condições Suspensivas de Eficácia").

Em 05/11/2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), conforme do Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Em 08/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30/12/2019 a Companhia anunciou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro, conforme detalhado no Nota Nº 1.2. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, estabelecendo a data de 06/01/2020 como marco para a eficácia do aumento de capital e cessão das ações da ETS para a Companhia.

A união dessas operações deverá gerar valor para os acionistas por conta das sinergias operacionais e comercias esperadas e propiciará uma diversificação do portfolio de serviços da Companhia pois está agregando os segmentos de negócios de Operação/Manutenção Industrial, *Facilities* e *IoT*, bem como reforçando seu posicionamento no segmento de *trade* e live marketing.

2 DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas com os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), estando totalmente em convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 19 de março de 2020 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até esta data.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir são apresentadas as principais premisas que envolvem incertezas:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL") são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurado.

Os resultados apurados nas subsidiárias no exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas locais. A Companhia possui uma subsidiária na Argentina que é tributada à alíquota de 35%.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usadas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral, através do preço de cotação em mercados ativos. Por conta desse critério de valoração, destacamos o passivo financeiro das debêntures no valor de R\$ 47.577.000 em 31 de dezembro de 2019 (Nota 11.1) que foi definido através da taxa indicativa de negociação de títulos na ANBIMA, sendo o seu valor contratual na mesma data de R\$ 1.005.437.000

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 <u>Consolidação:</u> as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a Liq e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a Companhia aplicou a Deliberação CVM nº 640/10, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 (R2), que trata dos Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

- 3.2 <u>Circulante/não circulante:</u> A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:
 - se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);
 - for mantido principalmente para negociação; ou
 - > se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3 <u>Moeda funcional:</u> as demonstrações financeiras de cada subsidiária incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera.

As demonstrações financeiras de controlada no exterior são convertidas para Reais, utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- ➤ Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

3.3.1 Contabilidade em economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42), passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação.

Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial, no montante líquido de R\$14.339 em 31 de dezembro de 2019 (-R\$ 5.625 em 2018). A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor no final do mês, para itens patrimoniais e de resultado. A Companhia utilizou o Índice de Preços ao Consumidor ("IPC") para correção dos saldos para o período compreendido entre 01.01.17 até o período

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

corrente. Os índices acumulados utilizados nos exercícios de 2018 e 2019 foram respectivamente 47,65% e 53,83%.

- 3.4 Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.
- 3.5 <u>Instrumentos financeiros</u>: incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (*IFRS* 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Custo amortizado: para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): aplicável
 aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de
 caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato é firmado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quando existentes derivativos embutidos em contratos principais, estes são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e desde que sejam contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos no resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos ou uma reclassificação do ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

3.6 <u>Ativo imobilizado:</u> apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução destas tecnologias podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Deliberação CVM nº 639/10 requer que seja realizada avaliação da recuperação de todos os itens integrantes deste subgrupo sempre que houver indício de perda, visto que nenhum item deve permanecer registrado por valor maior que o valor de realização, seja pela venda ou pelo uso. A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment* através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

Os ganhos e as perdas nas alienações do ativo imobilizado são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual, sendo reconhecidos no resultado na data de alienação.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

3.7 <u>Ativo intangível:</u> os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios é realizada anualmente e considera premissas e julgamentos divulgados na nota explicativa Nº 10. Em 31 de dezembro de 2019 não foram identificados ajustes nos valores dos ágios registrados.

- 3.8 <u>Apuração do resultado:</u> o resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.
- 3.9 Receita de vendas: as receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) Receita com contratos de clientes adotado pela companhia em 1º de janeiro de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de *telemarketing* e atendimento ao consumidor: a receita é auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento ("PAs") disponibilizada ao cliente e/ou, por preço variável com base em metas acordadas com os clientes.
- Serviços de trade marketing: a receita é reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

- Serviço de desenvolvimento de software personalizado: a receita é auferida com base no estágio de desenvolvimento e também contemplam receitas com os serviços de manutenção (pós-venda).
- 3.10 <u>Custos e despesas:</u> os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência, e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.
- 3.11 <u>Receitas e despesas financeiras:</u> as receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos, em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos de passivos.
- 3.12 <u>Lucro (prejuízo) por ação:</u> o cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.
 - O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.
- 3.13 <u>Demonstração do valor adicionado:</u> As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidado, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. Assim, seguindo as normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações individuais e consolidadas.
- 3.14 Novas normas e interpretações:

NBC TG 06/R3 (IFRS 16) – Arrendamentos

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019 a NBC TG 06/R3 (IFRS16) - Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Essa abordagem não impactou o patrimônio líquido da Companhia na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente. Além disso, a Companhia adotou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição, ou seja, a Companhia optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos, conforme o NBC TG 06/R2. Portanto, a Companhia não aplicará a norma para contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do NBC TG 06/R2.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo arrendado seja de baixo valor.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ITG 22 (Deliberação CVM 804/2018) — Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A ITG 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do NBC TG 32/R4 (IAS 12) — Tributos sobre o lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos da NBC TG 32/R4 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não há impactos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de decisões no âmbito administrativo e judicial.

Não há outras novas normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	11	54	29.078	22.593
Aplicações financeiras		300	28.798	72.864
	11	354	57.876	95.457

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a aplicações compromissadas e CDB, com rentabilidade média de 75% do CDI. Embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração nem perda significativa de valor. Essas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

			Consondado
		31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber		186.189	325.784
(-) Ajuste a valor presente de clientes (a)		(4.421)	(9.421)
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD		(1.860)	(1.896)
		179.908	314.467
C	Circulante	133.681	220.327
Não c	circulante	46.227	94.140

⁽a) Ajuste a valor presente dos saldos em recuperação judicial do cliente "OI". O impacto do período foi registrado em receitas financeiras.

Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais -R\$, exceto quando indicado de outra forma).

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidae		
	31/12/2019	31/12/2018	
A vencer	92.981	215.671	
Vencidos até 30 dias	5.888	5.722	
Vencidos de 31 a 60 dias	150	99	
Vencidos de 61 a 90 dias	96	41	
Vencidos de 91 a 180 dias	124	45	
Vencidos acima de 180 dias (a)	82.529	94.785	
(-) PECLD	(1.860)	(1.896)	
	179.908	314.467	
. ,	(1.860)	(1.896)	

(a) Contempla o montante de R\$ 73.098 (R\$94.140 em 2018) e refere-se a valores a receber com o cliente "OI" que se encontra em recuperação judicial, cujos pagamentos são realizados em conformidade com as condições estabelecidas no plano de recuperação judicial do cliente.

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.896)
Reversão	36
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.860)
	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.996)
Reversão	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.896)

A administração acredita que a PECLD está adequada para o perfil atual da carteira de clientes.

6 TRIBUTOS A RECUPERAR

6.1 Créditos fiscais

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ/CSLL a recuperar	36	4.131	2.458	12.820
PIS/COFINS	46	46	549	518
INSS a recuperar	35	20	14.967	18.010
ISS a recuperar	-	-	34	810
Outros Impostos			510	641
	117_	4.197	18.518	32.799
Circulante	82	4.177	16.895	32.745
Não Circulante	35	20	1.623	54

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

6.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(375.230)	(218.454)	(346.335)	(111.672)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	127.578	74.274	117.754	37.968
Equivalência patrimonial	(104.221)	(57.266)	-	-
Baixa Impostos Diferidos	-	-	-	(54.906)
Baixa IR CS saldo negativo	-	(7.898)	-	(18.664)
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	(3.845)	7.383
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituído	(26.787)	(13.696)	(146.234)	(83.148)
Outros		(395)		(396)
	(2.420)	(4.004)	(22.22.)	=>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.430)	(4.981)	(32.325)	(111.763)
Corrente	-	(7.898)	-	(18.664)
Diferido	(3.430)	2.917	(32.325)	(93.099)
À alíquota efetiva de:	0,91%	2,28%	9,33%	100,08%

7 DESPESAS ANTECIPADAS E DEMAIS ATIVOS

		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a fornecedores	-	-	5.452	2.911
Adiantamentos a empregados	-	-	1.902	5.782
Créditos a receber (a)	-	-	24.704	26.572
Despesas antecipadas	131	133	5.484	6.359
	131	133	37.542	41.624
Circulante	131	133	15.896	15.991
Não circulante	-	-	21.646	25.633

⁽a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial.

8 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

8.1 Composição dos investimentos

		Controladora
Controlada	31/12/2019	31/12/2018
Liq Corp S.A. Investimento Ágio (Nota 10)	(932.655) 74.365	(596.708) 74.365
Provisão para perda com investimentos	(858.290)	(522.343)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou o saldo negativo do investimento na rubrica "Provisão para Perda com Investimentos" no passivo não circulante.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

8.2 Informações financeiras resumidas da controlada direta:

<u></u>	Liq Corp S.A.		
	31/12/2019	31/12/2018	
Ativo circulante	263.215	388.758	
Ativo não circulante	1.066.686		
		916.909	
Passivo circulante	(391.703)	(341.304)	
Passivo não circulante	(1.870.853)	(1.561.071)	
Patrimônio líquido (passivo à descoberto)	932.655	596.708	
Receita líquida	862.771	1.360.433	
Prejuízo do exercício	(350.286)	(168.428)	
Movimentação do investimento direto em controlada			
		Liq Corp S.A.	
	31/12/2019	31/12/2018	
Saldo no investimento no início do exercício	(522.343)	(348.290)	
Equivalência patrimonial	(350.286)	(168.428)	
Variação cambial de empresas no exterior (i)	14.339	(5.625)	
Total	(858.290)	(522.343)	

⁽i) Os ganhos e perdas decorrentes da variação cambial sobre a conversão dos investimentos na subsidiária no exterior.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

9 IMOBILIZADO

					Consolidado
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
<u>Custo:</u>					
Terrenos		1.057	-	-	1.057
Prédios		5.537	-	-	5.537
Equipamentos de transmissão		25.964	-	(304)	25.660
Equipamentos de energia		44.466	81	(943)	43.604
Equipamentos de climatização		47.391	151	(1.050)	46.492
Máquinas e equipamentos		8.231	-	(25)	8.206
Informática		454.098	278	(76.885)	377.491
Móveis e utensílios		151.977	46	(16.918)	135.105
Benfeitorias em bens de terceiros Direito de uso – edificações		299.829	5.701	-	305.530
(IFRS 16 – Nota 3.14)			355.635	(51.172)	304.463
Total		1.038.550	361.892	(147.297)	1.253.145
Depreciação acumulada:					
Prédios	7,14%	(2.907)	(535)	-	(3.442)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.289)	(182)	304	(25.167)
Equipamentos de energia	6,67%	(35.008)	(1.165)	883	(35.290)
Equipamentos de climatização	7,69%	(37.001)	(1.547)	938	(37.610)
Máquinas e equipamentos	11,11%	(6.763)	(353)	24	(7.092)
Informática	25,00%	(450.165)	(2.009)	76.906	(375.268)
Móveis e utensílios	11,11%	(136.008)	(5.622)	16.969	(124.661)
Benfeitorias em bens de terceiros Amortização direito de uso – edificações	10,00%	(257.236)	(19.832)	-	(277.068)
(IFRS 16 – Nota 3.14)	9,98%		(33.730)	-	(33.730)
Total		(950.377)	(64.975)	96.024	(919.328)
Imobilizado líquido		88.173	296.917	(51.273)	333.817

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Consolidado					
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	
<u>Custo:</u>						
Terrenos		1.057	-	-	1.057	
Prédios		5.537	-	-	5.537	
Equipamentos de transmissão		26.360	-	(396)	25.964	
Equipamentos de energia		48.552	344	(4.430)	44.466	
Equipamentos de climatização		46.826	1.075	(510)	47.391	
Máquinas e equipamentos		8.228	28	(25)	8.231	
Informática		502.092	557	(48.551)	454.098	
Móveis e utensílios		167.106	559	(15.688)	151.977	
Benfeitorias em bens de terceiros		296.740	3.089	-	299.829	
Total		1.102.498	5.652	(69.600)	1.038.550	
Depreciação acumulada:						
Prédios	7,14%	(2.372)	(535)	-	(2.907)	
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.501)	(184)	396	(25.289)	
Equipamentos de energia	6,67%	(37.621)	(1.153)	3.766	(35.008)	
Equipamentos de climatização	7,69%	(36.094)	(1.504)	597	(37.001)	
Máquinas e equipamentos	11,11%	(6.379)	(384)	=	(6.763)	
Informática	25,00%	(494.164)	(4.782)	48.781	(450.165)	
Móveis e utensílios	11,11%	(143.518)	(7.479)	14.989	(136.008)	
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(241.372)	(15.864)	=	(257.236)	
Total		(987.021)	(31.885)	68.529	(950.377)	
Imobilizado líquido	_	115.477	(26.233)	(1.071)	88.173	

10 INTANGÍVEL

				Consolidado
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2018	Adições	31/12/2019
<u>Custo:</u>				
Software		645.723	371	646.094
Carteira de clientes		45.305	-	45.305
Ágio s/ Investimento Todo		95.619	-	95.619
Ágio s/ Investimento Mobitel		74.365		74.365
Total		861.012	371	861.383
Amortização acumulada:				
Software	10,00%	(479.057)	(30.601)	(509.658)
Carteiras de clientes	9,09%	(34.685)	(4.467)	(39.152)
Total		(513.742)	(35.068)	(548.810)
Intangível líquido		347.270	(34.697)	312.573

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Consolidado						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018		
Custo:							
Software Carteira de clientes		638.607 45.305	7.116	-	645.723 45.305		
Ágio s/ Investimento Todo		95.619	-	_	95.619		
Ágio s/ Investimento Mobitel		74.365			74.365		
Total		853.896	7.116		861.012		
Amortização acumulada:							
Software	10,00%	(448.776)	(30.281)	-	(479.057)		
Carteira de clientes	9,09%	(30.214)	(4.467)	(4)	(34.685)		
Total		(478.990)	(34.748)	(4)	(513.742)		
Intangível líquido		374.906	(27.632)	(4)	347.270		

Alocação do ágio à unidade geradora de caixa

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa. O valor recuperável da unidade geradora de caixa é de aproximadamente R\$ 1.446.241 e seu valor contábil é de R\$ 169.984 em 31 de dezembro de 2019. O valor recuperável foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela administração para um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a manutenção da demanda dos serviços. A taxa média de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 12,1%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 6,9%

11 DEBÊNTURES / EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O endividamento financeiro da Companhia foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, (Nota 1.2), o qual deve ser homologado no 1º semestre de 2020 e que culminará na emissão de novas debêntures nas condições e prazos descritos na referida Nota 1.2. Recomenda-se a leitura conjunta das notas 1.2, 11 e 26.1 para melhor compreensão.

11.1 Debêntures

O quadro abaixo apresenta um resumo das debêntures emitidas pela Companhia:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

	Na data da emissão										Controlador	a e Consolidado	
Tipo de emissão	Emissão e Série	Data de emissão	Venciment o final	Quantidade emitida	P.U. emissão	Custo de emissão	Prêmio	Quantidade em circulação	Encargos a.a.	Taxa média efetiva de juros a.a.	P.M.V.A. (i)	31/12/2019	31/12/2018
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	15/12/11	15/08/30	21.264	10.000	1.159	761	855	CDI + 1,25%	6,65%	9,9	534	354
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	15/12/11	15/08/30	18.736	10.000	1.022	670	324	IPCA + 7,884%	8,05%	10,1	288	183
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	15/08/12	15/05/35	126.719	1.000	658	1.535	126.719	CDI + 2,50%	7,90%	10,5	10.870	6.259
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	15/08/12	15/12/21	126.719	1.000	658	1.535	18	TJLP + 2,5%	9,48%	3,8	20	20
Pública	3º Emissão - Serie Única	29/08/14	15/08/30	31.000	10.000	1.345	-	1.142	CDI + 1,25%	6,65%	9,9	692	459
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	15/12/27	376.927.142	1	389	-	376.927.142	CDI + 1,25%	6,65%	5,8	20.530	13.619
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	20/03/18	15/08/30	121.237.978	1	125	-	121.237.978	CDI + 2,50%	7,90%	12,4	6.664	4.423
Pública	5ª Emissão - 3ª Série	20/03/18	15/08/30	151.039.356	1	156	-	82.052.068	CDI + 2,50%	7,90%	12,4	4.510	4.845
Pública	5ª Emissão - 4ª Série	20/03/18	15/05/35	268.984.719	1	278	-	63.123.434	CDI + 2,50%	7,90%	10,7	3.469	9.091
Pública	6ª Emissão - 1ª Série	20/03/18	30/12/35	122.419.299	1	126	-		CDI + 2,50%	7,90%	12,4	-	3.765
												47.577	43.018
Derivativos e	embutidos sobre debêntures												9.665
Total												47.577	52.683
Circulante												10.890	20
Não circulant	e											36.687	52,663

(i) Prazo médio de vencimento em anos

O valor justo das debêntures considerou a taxa média indicativa de negociação da ANBIMA (Pu/par) no último dia de negociação do ano.

O cronograma de vencimento das debêntures está apresentado abaixo:

							Collsolidado
							31/12/2019
						2025	
	2020	2021	2022	2023	2024	em diante	Total
Valor justo	10.890	2.955	2.128	2.134	2.141	27.329	47.577
Valor contratual	269.823	22.452	44.981	45.112	45.270	577.799	1.005.437

A movimentação de debêntures no exercício de 2019 está apresentada a seguir:

						Consolidado
Tipo de emissão	Emissão e Série	31/12/2018	Encargos Financeiros	Conversão em ações (i)	Variação Valor Justo	31/12/2019
Pública	1ª Emissão - 1ª Série	354	574	-	(394)	534
Pública	1ª Emissão - 2ª Série	183	298	-	(193)	288
Pública	2ª Emissão - 1ª Série	6.259	10.079	-	(5.468)	10.870
Pública	2ª Emissão - 2ª Série	20	-	-	-	20
Pública	3º Emissão - Serie Única	459	750	-	(517)	692
Pública	5ª Emissão - 1ª Série	13.619	19.096	-	(12.185)	20.530
Pública	5ª Emissão - 2ª Série	4.423	6.141	-	(3.900)	6.664
Pública	5ª Emissão - 3ª Série (i)	4.845	7.609	(56.355)	48.411	4.510
Pública	5ª Emissão - 4ª Série (i)	9.091	11.266	(206.994)	190.106	3.469
Pública	6ª Emissão - 1ª Série (i)	3.765	2.432	(114.719)	108.522	
		43.018	58.245	(378.068)	324.382	47.577
Derivativos embut	idos sobre debêntures	9.665			(9.665)	
Total		52.683	58.245	(378.068)	314.717	47.577

(i) Durante o exercício de 2019 foram realizadas conversões de debêntures em ações

Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 373.192, líquidos de IR e CS de R\$ 4.876, conforme quadro adiante:

Emissão e Série	Debêntures convertidas	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil), líquido de IR/CS
5ª Emissão - 3ª Série	50.774.974	341.797	55.628
5ª Emissão - 4ª Série	186.089.276	1.254.045	204.343
6ª Emissão - 1ª Série	103.223.578	694.751	113.221
	340.087.828	2.290.593	373.192

Apresenta-se a seguir o detalhamento das debêntures em vigor em 31 de dezembro de 2019. Conforme apresentado na Nota 1.2, esses títulos de dívida fazem parte do plano de recuperação extrajudicial do passivo financeiro da Companhia, o qual deve ser homologado no 1º semestre de 2020 e que culminará na emissão de novas debêntures nas condições e prazos descritos na referida Nota 1.2:

1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª série – não conversíveis

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 8º aditamento à escritura da 1ª emissão de debêntures da 1ª e 2ª séries com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1° semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura; (iii) pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025, sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.15.1.2 da Escritura; (iv) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 6.15.1.1 e 6.15.1.2. A íntegra das alterações consta no 8º aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

<u>2ª Emissão de debêntures – não conversíveis</u>

Em 14 de dezembro de 2017 foi aprovado o 8º aditamento da escritura de debêntures da 2ª emissão de debêntures da 1ª série com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da efetiva celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1° semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de maio de 2035; (ii) o cronograma de amortização será em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15 de março de 2020; (iii) a remuneração até 15/12/2018 (inclusive) será capitalizada e incorporada, sendo exigível no período de 15/03/2019 (inclusive) até 15/12/2023 (inclusive), com percentuais de amortização e remuneração de acordo nos termos do 8ª Aditamento à Escritura; (iv) a remuneração da debênture é CDI + 2,50% ao ano. A íntegra das alterações constam do 8º Aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

3ª Emissão de Debêntures Série Única – não conversíveis

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 8º aditamento à escritura da 3ª emissão de debêntures

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito a partir da efetiva celebração do instrumento contratual da 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1° semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.14 da Escritura; (iii) os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 (inclusive) e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.15 da Escritura; (iv) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 6.15.1.1 e 6.15.1.2. A íntegra das alterações consta no 8º aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

5^a Emissão de Debêntures 1^a, 2^a (não conversíveis), 3^a e 4^a séries (conversíveis)

Em 13 de junho de 2019 foi aprovado o 2º aditamento à escritura da 5ª emissão de debêntures da 1^a, 2^a, 3^a e 4^a séries com novos termos e condições das debêntures que produzirão efeito efetiva celebração do instrumento contratual 7ª emissão de debêntures da Companhia, com previsão de execução no 1° semestre de 2020. As principais características do aditamento são: (i) a data de vencimento será 15 de dezembro de 2038; (ii) Liberação da Garantia Real, na forma de Cessão Fiduciária em favor do Agente Fiduciário e demais credores das Dívidas Financeiras Enderecadas, e das respetivas obrigações decorrentes da Garantia Real, por meio da exclusão da Cláusula 4.8.2 da Escritura; (iii) o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcelas trimestrais e sucessivas no período compreendido entre 15 de março de 2022 (inclusive) e 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo a última parcela devida na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.10.2 da Escritura: (iii) os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2022 (inclusive) e os demais pagamentos em períodos idênticos e sucessivos até 15 de dezembro de 2025 (inclusive), sendo o pagamento final na Nova Data de Vencimento das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.11 da Escritura; (iv) a remuneração da debênture será equivalente à variação acumulada da taxa referencial ("TR") acrescida exponencialmente de spread conforme disposto nas Cláusulas 4.9.1.1 e 4.9.1.2. A íntegra das alterações consta no 2º aditamento à Escritura, disponibilizado no site da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

11.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição da posição de empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e vigentes em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

						Controladora
	Vigência		Encargos	Taxa		_
Objeto	Início	Vencimento	financeiros a.a.	efetiva	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	45.930	34.685
					45.930	34.685
Circulante					45.930	34.685

						Consolidado
	Vigência		Encargos	Taxa		_
Objeto	Início	Vencimento	financeiros a.a.	efetiva	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional						
BNDES – PSI	10/2014	06/2019	6,00%	6,00%	-	93
SAFRA	03/2016	02/2019	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	-	4.412
TCD – SANTANDER	06/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	61.018	45.313
ICD BANCO DO BRASIL	12/2017	12/2027	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	45.930	34.685
ICD SOCIÉTÉ	05/2016	07/2021	CDI + 1,25% a.a.	7,65%	6.858	10.765
					113.806	95.268
Circulante					113.806	88.916
Não circulante					-	6.352

Apresenta-se adiante um breve descritivo dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2019. Conforme apresentado na Nota 1.2, esses títulos de dívida fazem parte do plano de recuperação extrajudicial do passivo financeiro da Companhia, o qual deve ser homologado no 1º semestre de 2020 e que culminará na emissão de novas debêntures nas condições e prazos descritos na referida Nota 1.2:

<u>BNDES – PSI</u>: No âmbito do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES, em 16 de dezembro de 2014 a subsidiária integral Liq Corp S.A. contraiu empréstimo para aquisição de equipamentos de informática. O vencimento final desta obrigação ocorreu em 15 de junho de 2019. Em garantia ao financiamento, a Liq Corp S.A. ofereceu avais e alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio desse contrato.

<u>TCD -Santander:</u> Em 11 de julho de 2017 a Companhia celebrou um Termo de Confissão de Dívida (TCD) com o Santander no valor de R\$ 140.192, com vencimento em 15 de setembro de 2017 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a.. A dívida que originou o TCD é decorrente da execução de fiança em que o banco figurava como garantidor do contrato de financiamento da Liq Corp S.A. com o BNDES.

Em 01/12/2017 o Santander concordou com o perdão parcial da dívida correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da Dívida Confessada pela Companhia ao Banco na referida data de eficácia

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

(14/12/2017), alterando também o vencimento para 15/12/2027, sendo os prazos de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020.

A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018, passando para 100% do CDI e acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) e até o vencimento em 15/12/2027.

As parcelas trimestrais vencidas em 2019 não foram liquidadas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total do TCD foi classificado no passivo circulante.

ICD Banco do Brasil: Em 06/12/2017 a Companhia realiza Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) ao Banco do Brasil no valor R\$ 104.332. Em 14/12/2017, data de eficácia, o Banco do Brasil concorda em refletir o perdão parcial da dívida correspondente a 25% da totalidade do saldo de principal, juros remuneratórios e eventuais encargos devidos e não pagos da dívida confessada pela Companhia ao Banco em 06/12/2017, alterando-se também o vencimento para 15/12/2027, sendo os prazos de amortização em parcelas trimestrais e sucessivas a partir de 15/03/2020. A remuneração será capitalizada e incorporada até 15/12/2018, passando para 100% do CDI e acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,25% a.a. até 14/12/2019 (inclusive) e 2,50% a.a. a partir de 15/12/2019 (inclusive) e até o vencimento em 15/12/2027.

As parcelas trimestrais vencidas em 2019 não foram liquidadas. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total do ICD foi classificado no passivo circulante.

<u>ICD Société</u>: Em 25 de maio de 2016 a Companhia celebrou o Instrumento particular de Confissão de Dívida (ICD) com o Banco Société Générale Brasil (BSGB) com vencimento em 29 de março de 2019 e taxa de remuneração de CDI + 1,25% a.a. A dívida que originou o ICD é decorrente da cessão de créditos de um fornecedor de informática da Companhia para o BSGB com origem em licenças de softwares concedidas por este fornecedor. Em acordo entre as partes celebrado em 9 de agosto de 2017, a data de liquidação do ICD foi postergada para 29 de julho de 2021.

A movimentação de empréstimos e financiamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

					Controladora
		Amortização	Encargos	Apropriação	
	31/12/2018	principal	financeiros	dos custos	31/12/2019
ICD BANCO DO BRASIL	34.685	<u> </u>	11.231	14	45.930
Total	34.685		11.231	14	45.930

						Consolidado
_	31/12/2018	Amortização principal	Amortização juros (i)	Encargos financeiros	Apropriação dos custos	31/12/2019
BNDES - PSI	93	(93)	(1)	1	-	-
SAFRA	4.412	(4.408)	(41)	37	-	-
TCD - SANTANDER	45.313	-	-	15.690	15	61.018
ICD BANCO DO BRASIL	34.685	-	-	11.231	14	45.930
ICD SOCIÉTÉ	10.765	(4.346)	(189)	628		6.858
Total	95.268	(8.847)	(231)	27.587	29	113.806

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

 Na demonstração do fluxo de caixa o pagamento de juros das operações de empréstimos e financiamentos estão apresentados como atividade de financiamento.

O cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos está apresentado abaixo:

				Consolidado		
				31/12/2019		
	2020	2021	2022	Total		
Valor justo	111.466	2.340	-	113.806		
Valor contratual	226.980	2.340	-	229.320		

11.3 CLÁUSULAS RESTRITIVAS ("Covenants")

O endividamento financeiro da Companhia contempla a obrigação da manutenção de índices financeiros ("covenants") de forma a evitar o vencimento antecipado da dívida. Destaca-se que, no caso de inobservância a esta exigência, o vencimento antecipado não é automático, devendo a Companhia informar ao agente fiduciário e a seus credores o descumprimento para que este, por sua vez, no prazo máximo de 5 dias úteis, convoque uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das obrigações contraídas pela Companhia.

Os índices previstos nas escrituras das debêntures para o exercício de 2019 foram os seguintes:

ÍndicesRatioDívida líquida / EBITDAIgual ou inferior a 6,5EBITDA / Despesa financeira líquidaIgual ou superior a 1,0

Em 02 e 14 de outubro de 2019 e 07 de novembro de 2019, os debenturistas da 5ª, 3ª e 1ª emissões, respectivamente, aprovaram a dispensa do início de procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais em face da Companhia para realização dos créditos dos Debenturistas pelo prazo de 90 dias contados a partir das datas das Assembleias.

Especificamente em relação às debêntures da 2ª emissão, em Assembleia realizada em 20 de setembro, os debenturistas aprovaram a adoção das medidas extrajudiciais previstas no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária de Contas") celebrado no âmbito da Emissão. Na mesma assembleia os debenturistas decidiram por suspender por 2 meses a assembleia para avaliação de outras medidas a serem adotadas em relação a este item. Em 31 de dezembro de 2019, o valor total das debêntures da 2ª emissão foi classificado no passivo circulante.

A Companhia segue avançando na negociação com todos os seus credores financeiros buscando o alinhamento sobre os termos e condições de sua dívida financeira que represente os interesses da maioria dos credores financeiros da Companhia (Nota 1.2).

12 ARRENDAMENTO MERCANTIL DIREITO DE USO

Os arrendamentos correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais da Companhia e foram valorados pelo valor presente das parcelas. Segue quadro com a movimentação no exercício de 2019:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

								Consolidado	
Arrendamento	Saldo 01/01/2019 Adoção inicial	Adições	Juros incorridos	Pagamentos	Baixas	Saldo 31/12/2019	Taxa de juros (a.a.)	Prazo médio vencimento	
Edificações	338.997	16.638	31.601	(50.728)	(51.172)	285.336	9,43%	12 anos	
				N	Circulante ão Circulante	44.375 240.961			

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

	Consolidado 31/12/2019
Até 1 ano	44.375
De 1 a 2 anos	42.125
De 2 a 3 anos	39.985
Acima de 3 anos	357.742
(-) Ajuste a valor presente	(198.891)
	285.336

O quadro abaixo apresenta os efeitos do fluxo com inflação projetada para 2020:

		Consolidado
		31/12/2019
		Fluxo com
	Fluxo	inflação
	nominal	projetada
Ativo		
Direito de uso	304.463	313.901
Amortização	(33.730)	(34.776)
Passivo		
Arrendamento	316.937	326.762
Juros incorridos	(31.601)	(32.581)
	285.336	294.181

Os gastos com aluguel em 2019 não incluídos como arrendamento mercantil foram de R\$13.182.

13 FORNECEDORES

		Controladora		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	2.417	2.705	132.872	142.279
	2.417	2.705	132.872	142.279

Contempla principalmente fornecedores de (i) benefícios a empregados, (ii) serviços jurídicos, (iii) tecnologia da informação e (iv) manutenção de infraestrutura predial.

Consolidado

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

14 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e honorários	137	326	21.638	37.866
Provisão de férias	-	-	42.637	61.862
Encargos sociais	79	197	21.843	25.500
Rescisões parceladas	-	-	18.905	-
Outros	<u> </u>	<u> </u>	4.439	1.936
	216	523	109.462	127.164

15 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2019 31/12/		31/12/2019	31/12/2018	
PIS e COFINS	4	2.123	9.460	8.845	
CPRB	-	-	7.039	3.313	
ISS	-	-	3.658	5.492	
Impostos parcelados	246	183	70.262	27.061	
Outros tributos a recolher	-	-	1.210	197	
IRRF	4	6	258	188	
	254	2.312	91.887	45.096	
Circulante	166	2.206	29.714	19.975	
Não circulante	88	106	62.173	25.121	

A companhia possui parcelamentos fiscais nas esferas federal, estadual e municipal, tanto ordinários como especiais. Os valores são atualizados mensalmente conforme o índice previsto na legislação, que geralmente é a taxa SELIC.

Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido

		Controladora	Consolidad		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Ativo fiscal diferido	(625)	(488)	(75.625)	(94.173)	
Passivo fiscal diferido	332.056	438.778	422.321	518.834	
Passivo fiscal diferido, líquido	331.431	438.290	346.696	424.661	

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e sua controlada apresentaram prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social no montante consolidado de R\$ 1.745.009, sobre os quais não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos.

	Controladora	Consolidado
IRPJ e CSLL diferido ativo	488	94.173
IRPJ e CSLL diferido Passivo	(438.778)	(518.834)
IRPJ e CSLL diferido, líquido - 31/12/2018	(438.290)	(424.661)
IR/CS diferido sobre valor justo de debêntures	110.289	110.290
Constituição / (utilização) durante o período - Temporárias	(3.430)	(32.325)
Saldo final - 31/12/2019	(331.431)	(346.696)
IRPJ e CSLL diferido ativo	625	75.625
IRPJ e CSLL diferido passivo	(332.056)	(422.321)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

IRPJ e CSLL diferido, líquido - 31/12/2019

(331.431)

(346.696)

16 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e sua controlada estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis.

A Companhia classifica a chance de perda nos processos legais como "provável", "possível" ou "remoto". A provisão é registrada para processos com chance de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

J 1						Consolidado
	Provável Com provisão		Poss Sem pr		Depósitos	judiciais
Natureza	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributários	60.781	72.647	299.341	176.005	(186.723)	(174.176)
Trabalhistas	141.287	173.882	141.070	211.225	(164.958)	(258.639)
Cíveis	1.473	1.328	63.326	63.801	(3.083)	(5.728)
	203.541	247.857	503.737	451.031	(354.764)	(438.543)

A movimentação de depósitos judiciais no exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

					Controladora
	31/12/2018	Adições	Reversões e Baixas	Atualização monetária(*)	31/12/2019
Tributários	15.330	-	-	787	16.117
Trabalhistas	387	245	(243)	-	389
Cíveis	102			<u> </u>	102
Total	15.819	245	(243)	787	16.608

					Consolidado
	31/12/2018	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2019
Tributários	174.176	6.458	-	6.089	186.723
Trabalhistas	258.639	38.199	(131.880)	-	164.958
Cíveis	5.728		(2.645)	<u> </u>	3.083
Total	438.543	44.657	(90.770)	6.089	354.764

16.1 Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no exercício de 2019 é demonstrada a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

					Controladora
	31/12/2018	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/12/2019
Cíveis	663	485	(34)	102	1.216
Total	663	485	(34)	102	1.216

						Consolidado
Natureza	31/12/2018	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização(Reversão) monetária e encargos financeiros	31/12/2019
Tributários	72.647	271	-	(10.508)	(1.629)	60.781
Trabalhistas	173.882	30.595	(66.691)	(163)	3.664	141.287
Cíveis	1.328	1.907		(1.981)	219	1.473
Total	247.857	32.773	(66.691)	(12.652)	2.254	203.541

16.1.1 Tributários

As contingências de natureza tributária referem-se principalmente, a discussão acerca da inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicado sobre o RAT.

FAP (Fator acidentário de prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção ("FAP"). O FAP tem como base a dicotomia "bônus - malus" e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho ("RAT"), conforme o grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho.

A Companhia está questionando judicialmente a aplicação do multiplicador FAP pois há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e à legislação ordinária na metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil.

Em 11 de fevereiro de 2010 foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante correspondente ao multiplicador do FAP.

Em setembro de 2015 foi publicada a Resolução CNPS $n^{\underline{o}}$ 1.327/2015 que alterou a sistemática de apuração do encargo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.329/17 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, o que resultou há época em uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em setembro de 2019 foi proferida sentença indeferindo o pedido de prova pericial e julgando improcedentes os pedidos. A companhia interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Em 31 de dezembro de 2019 o montante provisionado referente ao FAP é de R\$ 42.497 (R\$41.269 em 31 de dezembro de 2018).

Outras contingências tributárias

Refere-se a IR/CS sobre a amortização do ágio da incorporada Ability no valor de R\$18.213 (R\$ 21.526 em 31 de dezembro de 2018).

16.1.2 Trabalhistas

A Companhia possui diversos processos trabalhistas onde as principais discussões estão relacionadas a pedidos de equiparação salarial e de benefícios com os segmentos de atuação de nossos clientes, bem como horas extras. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução no número de processos entrantes, bem como a melhoria do indicador de improcedência dos pedidos. A quantidade de processos trabalhistas ativos em 31 dezembro de 2019 é de 15.801 (20.785 em 31 dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro, o valor das provisões trabalhistas contabilizadas é de R\$ 141.287 (R\$ 173.882 em 31 de dezembro de 2018)

Em 07 novembro de 2019 a Companhia obteve o deferimento de Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro. O plano estabelece que todas as demandas ajuizadas até a referida data nas comarcas daquele Estado, e cujos valores de execução sejam superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) somente serão liquidados através deste plano, o qual tem prazo de vigência de 72 meses, período pelo qual a Companhia depositará valores mensais em conta judicial do Tribunal para ser aplicado na execução dos processos trabalhistas. O plano garante previsibilidade financeira para a Companhia, centraliza a execução em foro único, bem como suspende e evita penhoras e ordens de bloqueio de crédito em face da Companhia.

A atividade operacional da Companhia a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, à contingências das quais a matéria em discussão foi recentemente regulamentada.

Em 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.429/17, conhecida como Lei da Terceirização, regulamentando a terceirização, com previsão expressa em que afasta o vínculo de emprego entre empregados de empresas prestadoras de serviços e os seus tomadores, sendo um primeiro grande avanço para o setor de atuação da Companhia.

Até então o Brasil não dispunha de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário tratava as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho ("TST") que autorizava a terceirização apenas de "atividade meio" das empresas. Neste cenário, a lei contribuiu de forma positiva para o setor de atuação da Companhia, aumentando a segurança jurídica em torno destas discussões.

Em novembro de 2017 entrou em vigor a reforma na legislação trabalhista (Lei 13.467/17) que trouxe avanços para as relações trabalhistas e gerando maior segurança jurídica, dentre as quais privilegiando os acordos individuais e coletivos e prevendo expressamente que os

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

órgãos públicos não poderão restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam na lei.

Em de agosto de 2018, um novo marco para a regulamentação da terceirização no Brasil teve início quando o Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou como lícita a terceirização de forma ampla e irrestrita, não havendo mais a antiga discussão sobre "atividade meio" e "atividade fim", contribuindo de forma positiva ao setor de atuação da Companhia. Houve a declaração de inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST por considerar a interpretação do judiciário trabalhista equivocada ao restringir as possibilidades de terceirização no Brasil.

Neste mesmo sentido, em outubro de 2018, o STF emitiu outro posicionamento favorável em um julgamento esperado pelo setor desde 2014, que trata da licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. A declaração de nulidade de pedido de vínculo de emprego nas ações judiciais trabalhistas passou a produzir efeitos positivos em todas as instâncias por ter repercussão geral.

O reflexo de todas as alterações na legislação trabalhista e das decisões do STF já é percebido por todas as empresas que possuem mão de obra intensiva, vez que o número de novas reclamações trabalhistas está em uma curva descendente.

16.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais com provisão no montante de R\$ 1.473 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.328 em 31 de dezembro de 2018).

16.2 Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia possui contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2019, as principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

16.2.1 Tributário

A Companhia possui processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre Tarifa sobre Uso do Sistema Distribuição (TUSD) e Tarifa sobre Uso do Sistema de Transmissão (TUST), Imposto sobre Serviços (ISS) e ICMS nas bases de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

Adicionalmente, há processo discutindo a incidência de FGTS sobre os pagamentos em dinheiro a título de vale-transporte, que teve a sua decisão favorável revertida em 2ª instância

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

no 4º trimestre de 2019. Tal fato resultou na revisão da avaliação de perda, passando de remota para possível. O valor do processo é de R\$72.291 em 31 de dezembro de 2019.

O montante total dos processos classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 299.341 (R\$ 176.005 em 31 de dezembro de 2018).

16.2.2 Trabalhista e previdenciária

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 96.982 com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, também são classificadas como perda possível, totalizando R\$ 44.088. Sendo assim, os valores de perda possível somam o montante de R\$ 141.070, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 211.225 em 31 de dezembro de 2018).

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco efetivo de seus empregados, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017, a Companhia retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que concretamente refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, recuperando, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

A Companhia, devidamente amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, ajuizou ação judicial em 22/03/2019 para qual foi deferida a liminar em 25/03/2019 suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06/06/2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. A Companhia recorreu da decisão e aguarda o julgamento desse recurso contra a decisão que suspendeu a liminar. No processo de origem, este se encontra concluso para sentença de primeiro grau. No que tange ao êxito de perda do processo em questão, os assessores jurídicos da Companhia julgam o risco como possível.

16.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de cláusulas contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

possível. O saldo em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 63.326 (R\$ 63.801 em 31 dezembro de 2018).

17 DEMAIS OBRIGAÇÕES

		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de Clientes (a)	84.004	111.440
Outras obrigações	19.668	4.207
	103.672	115.647
Circulante	16.463	3.209
Não circulante	87.209	112.438

⁽a) Adiantamentos recebidos de clientes para a prestação de serviços futuros contratados, cujo prazos de liquidação estão sendo negociados entre as partes

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

A estrutura de capital da Companhia foi alterada em 06 de janeiro de 2020 com a capitalização de novas operações. Dessa forma, recomenda-se a leitura desse tópico em conjunto com as notas 1.3 e 28 para melhor compreensão.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 620.814.872,04 (seiscentos e vinte milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), dividido em 2.814.848 (dois milhões e oitocentos e quatorze mil e oitocentos e quarenta e oito) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (ver atualização na Nota Nº 28).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o montante de R\$2.000.000,000 (dois bilhões de reais), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social. 18.1.1 Grupamento de ações

Em 12 de agosto de 2019 a Companhia efetivou o grupamento da totalidade das suas ações, na proporção de 30:1, de forma que cada lote de 30 (trinta) ações foi grupada em 1 (uma) única ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia, de acordo com o previsto no artigo 12 da Lei nº 6.404/1976 ("Grupamento"), em atendimento ao Ofício CVM 304/2019-SLS recebido pela Companhia e de acordo com os Fatos Relevantes divulgados em 16 e 31 de maio de 2019 e 10 de junho de 2019.

18.1.2 Aumento de Capital

Durante o exercício de 2019 foram realizadas conversões de debêntures em ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 373.192 conforme quadro adiante:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Debêntures	Debêntures	Ações ordinárias	Aumento de
Emissão e Série	convertidas	emitidas (i)	capital (R\$ mil)
5ª Emissão - 3ª Série	50.774.974	341.797	55.628
5ª Emissão - 4ª Série	186.089.276	1.254.045	204.343
6ª Emissão - 1ª Série	103.223.578	694.751	113.221
	340.087.828	2.290.593	373.192

⁽i) Quantidade de ações contempla o grupamento descrito na nota 18.1.1

18.1.3 Ações em circulação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações em circulação e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

31/12/2019			31/12/2018		
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%	
Aristos FIMCP	1.176.773	41,80	-	-	
Sedici Emprendimentos e Participações Ltda.	500.000	17,76	-	-	
Nanak RJ Participações S.A.	-	-	1.000.000	6,36%	
Outros	1.135.871	40,36	14.661.526	93,22%	
Total de ações ordinárias em circulação	2.812.644	99,92	15.661.526	99,58%	
Ações em tesouraria	2.204	0,08	66.135	0,42%	
Total de ações ordinárias	2.814.848	100%	15.727.661	100%	

Movimentação das ações em circulação

	Quantidade de ações	Quantidade de ações em circulação		
	2019	2018		
Ações ordinárias em circulação em 01 de janeiro	15.661.526	4.117.513		
Aumento de capital por conversão de debêntures	68.213.790	11.542.065		
Grupamento - 30:1	(81.079.472)	-		
Transferência de ações (tesouraria)	-	1.948		
Aumento de capital por conversão de debêntures	16.800			
Ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro	2.812.644	15.661.526		

18.2 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei no. 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à Reserva para Investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do Capital Social.

18.2.1 Distribuição de dividendos – saldo a pagar em 31/12/2019

A Assembleia Geral Ordinária deliberou em 30 de abril de 2015 a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia no montante bruto de R\$ 24.161.539,91 (sendo R\$0,072199552 por ação ordinária e preferencial e R\$0,360997760 por Unit CTAX11), ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciaria as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram creditados.

A Assembleia Geral Extraordinária deliberou em 29 de dezembro de 2015 pela suspensão do pagamento dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, tendo em vista a modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

O Conselho de Administração deliberou em 16 de dezembro de 2016 o aumento de capital privado da Companhia, no valor de R\$ 7.228.225,74, correspondente ao valor total dos créditos habilitados oriundos dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2015, cujo pagamento foi suspenso, atualizados monetariamente pela Taxa Referencial Diária (TR) entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, e pela variação do CDI a partir 01 de janeiro de 2016 e até 24 de novembro de 2016, líquidos de tributos, mediante a emissão de 727.918 ações ordinárias sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 9,93 por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1°, inciso III, da Lei das S.A.

Proposta de Dividendos em 30/04/2015	24.162
Atualização monetária	3.469
Total dos dividendos a pagar em 25/11/2016	27.631
Forma de Pagamento	
Aumento de capital privado realizado em 10/02/2017	(7.228)
Total de dividendos a pagar após aumento de capital	20.403
Atualização monetária até 31/12/2019	5.289
Total de dividendos atualizados em 31/12/2019	25.692

18.2.2 Procedimento arbitral

Em 02 de fevereiro de 2017, a Companhia divulgou fato relevante informando a solicitação de instalação de um procedimento arbitral por parte de determinados ex-acionistas que reclamam o recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015, cujo pagamento foi suspenso por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e da Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2016.

Em 21 de novembro de 2019 foi proferida sentença procedente aos ex-acionistas reconhecendo o direito ao recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015.

A Companhia está avaliando com seus assessores jurídicos as medidas de direito cabíveis relacionadas ao caso, considerando os argumentos existentes de defesa.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

19 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolida		
	31/12/2019	31/12/2018	
Receita bruta			
Serviços de Contact Center	750.120	1.292.378	
Serviços de Trade Marketing	193.185	189.943	
Serviço de desenvolvimento de software	15.484	23.077	
Receita operacional bruta	958.789	1.505.398	
Impostos sobre as vendas	(96.018)	(144.965)	
Receita operacional líquida	862.771	1.360.433	

20 RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

20.1 Custos dos serviços prestados

		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Custo dos serviços prestados		
Salários e benefícios a empregados (i)	(709.556)	(1.027.034)
Contencioso trabalhista, líquido de provisões	(70.882)	(100.429)
Serviços de terceiros	(74.674)	(99.888)
Depreciação/amortização	(69.321)	(37.132)
Energia elétrica	(44.916)	(35.643)
Aluguéis e seguros	(16.702)	(61.886)
Marketing e patrocínios	(15.199)	(14.682)
Outros	(8.778)	(16.299)
	1.010.028	(1.392.993)

(i) A variação em salários e benefícios decorre do ajuste do quadro de colaboradores ao menor volume de receitas e da adequação da estrutura de custos da Companhia.

20.2 Comerciais

Despesas com vendas Salários e benefícios a empregados (2.900) (3.0 Contencioso trabalhista (6) Serviços de terceiros (164) (3 Energia elétrica - (Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.			Consolidado
Salários e benefícios a empregados (2.900) (3.0 Contencioso trabalhista (6) Serviços de terceiros (164) (3 Energia elétrica - (40) (1.6 Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.		31/12/2019	31/12/2018
Salários e benefícios a empregados (2.900) (3.0 Contencioso trabalhista (6) Serviços de terceiros (164) (3 Energia elétrica - (40) (1.6 Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.			
Contencioso trabalhista (6) Serviços de terceiros (164) (3 Energia elétrica - (40) Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.	Despesas com vendas		
Serviços de terceiros (164) (3 Energia elétrica - (Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.	Salários e benefícios a empregados	(2.900)	(3.071)
Energia elétrica - (Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.	Contencioso trabalhista	(6)	6
Marketing e patrocínios (40) (1.6 Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.	Serviços de terceiros	(164)	(382)
Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD) 36 1.	Energia elétrica	-	(56)
	Marketing e patrocínios	(40)	(1.656)
Outros (97) (1	Perda esperada para créditos de líquidação duvidosa (PECLD)	36	1.100
	Outros	(97)	(117)
(3.171) (4.1)		(3.171)	(4.176)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

20.3 Gerais e administrativas

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas administrativas				
Salários, honorários e benefícios a empregados	(4.353)	(5.435)	(37.913)	(53.640)
Contencioso trabalhista, líquido de provisões	(202)	(161)	(1.679)	(6.441)
Serviços de terceiros	(3.239)	(1.868)	(26.044)	(34.802)
Depreciação/amortização	(40)	(40)	(30.722)	(29.501)
Energia elétrica	-	-	(1.367)	(1.627)
Aluguéis e seguros	(394)	(384)	(4.123)	(5.614)
Comunicação institucional	(404)	(1.043)	(1.422)	(4.852)
Outros	(193)	(966)	(7.684)	(6.747)
	(8.825)	(9.897)	(110.954)	(143.224)

21 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Reversão para contingências (exceto trabalhista) (i) Despesas recuperadas	32 156	11 (522)	12.484 30.226	83.835 80.235
Venda de imobilizado	130	(322)	1.691	2.450
Resultado líquida revenda de energia elétrica	-	-	8.496	-
Outras			1.100	1.293
	188	(511)	53.997	167.813
Despesas Provisão para contingências (exceto trabalhista) Baixas de depósitos judiciais	(486)	(43)	(4.316) (43.755)	(36.005)
Custo de imobilizado baixado	-	(4)	(103)	(1.076)
Outras	(159)	(197)	(1.521)	(4.593)
	(645)	(244)	(49.965)	(41.674)
	(457)	(755)	4.302	126.139

(i) Em 2018 houve a revisão dos valores provisionados para o RAT que passou a ser considerado como de risco possível (16.2.2)

22 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

22.1 Receitas financeiras

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				_
Rendimento de aplicações financeiras	153	204	1.785	8.111
Juros e atualização monetárias/cambial sobre outros ativos	927	1.038	7.840	16.459
Ganho com valor justo	-	-	4.999	6.068
Juros sobre debêntures	-	4.799	-	-
Desconto de dívida "Haircut"		34.762	149	34.762
	1.080	40.803	14.773	65.400

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

22.2 Despesas financeiras

	Consolidado		Consolidado
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
(58.246)	(54.326)	(58.247)	(54.326)
(10.611)	(9.445)	(58.378)	(26.658)
(1.447)	(1.558)	(19.106)	(3.824)
(101)	(77)	(9.519)	(16.646)
-	-	(2.350)	(2.772)
9.665	(10.403)	9.665	(13.249)
1.894	(1.908)	1.718	(1.941)
(1.651)	(2.460)	(11.566)	(3.835)
(60.497)	(80.177)	(147.783)	(123.251)
	(58.246) (10.611) (1.447) (101) - 9.665 1.894 (1.651)	31/12/2019 31/12/2018 (58.246) (54.326) (10.611) (9.445) (1.447) (1.558) (101) (77)	31/12/2019 31/12/2018 31/12/2019 (58.246) (54.326) (58.247) (10.611) (9.445) (58.378) (1.447) (1.558) (19.106) (101) (77) (9.519) - - (2.350) 9.665 (10.403) 9.665 1.894 (1.908) 1.718 (1.651) (2.460) (11.566)

23 RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Resultado básico por ação

		Controladora
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(422.415)	(223.435)
Número médio ponderado de ações - básico	1.821.940	255.949
Prejuízo por ação - básico - em R\$	(231,8490)	(872,9669)

23.2 Resultado diluído por ação

		Controladora
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(422.415)	(223.435)
Número médio ponderado de ações - diluído	4.075.297	255.949
Prejuízo por ação – diluído - em R\$	(103,6526)	(872,9669)

24 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direito e obrigações são contraídos entre partes relacionadas oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa, etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições acordadas entre as partes e formalizadas em contratos.

Todos os direitos entre controladora e controlada foram divulgados, assim como da Companhia e suas controlada com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

24.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia repassou recursos por meio de emissão de debêntures e de contrato de mútuo

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma).

à sua subsidiária integral Liq Corp S.A.

Os saldos de tais operações estão demonstrados nos quadros abaixo:

					Controladora	
		Em 3	1/12/2019	Em 31.12.2018		
Controlada	Natureza da transação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	
Liq Corp S.A.	Debêntures	-	1.169.965	-	1.169.951	
		Em 3	1/12/2019	Em 3	31.12.2018	
Controlada	Natureza da transação	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Liq Corp S.A.	Mútuo	39.639	-	28.901	_	

24.2 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2019 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

24.3 Remuneração dos administradores (conselheiros de Administração e diretores estatutários)

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e os membros da diretoria estatutária. Em 31 de dezembro de 2019 este grupo está composto por 7 profissionais (12 profissionais em 31 de dezembro de 2018).

O total da despesa com remuneração e benefícios a esses profissionais é apresentado a seguir:

		31/12/2018		
	Liq Participações S.A.	Liq Corp S.A.	Total	Total
Salários/Honorários	3.270	5.572	8.842	9.113
Benefícios Encargos (INSS)	622	524 41	524 663	588 2.609
Dieurgos (1100)	3.892	6.137	10.029	12.310

A remuneração dos administradores é aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, sendo individualizadas as verbas por órgão (Diretoria Estatutária e Conselho de Administração).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não concedeu empréstimos de curto prazo, tampouco concedeu garantias em nome dos administradores ou de membros de suas respectivas famílias.

25 COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. Todas as apólices de seguro da Companhia são renováveis automaticamente.

As coberturas de seguros da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado			
Bens segurados	Importâncias seguradas	Vencimento		
Responsabilidade civil de diretores e administradores	160.000	25/05/2020		
Patrimônio / Lucros cessantes	251.495	14/08/2020		
Responsabilidade civil geral	10.000	14/08/2020		

26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado os quais são gerenciados ativamente em conformidade com a Política de Gestão de Risco Financeiro ("Política de Risco").

A Política de Risco está sob a administração do Conselho de Administração e da Diretoria Financeira, todos com papéis e responsabilidades claros e definidos, a saber:

<u>Conselho de Administração</u>: é o responsável pela aprovação da Política de Risco. Ademais, define os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas; e

<u>Diretoria Financeira</u>: tem como tarefa primordial o monitoramento, avaliação e comunicação dos riscos financeiros incorridos pela Companhia. Destaca-se ainda a vedação à Companhia em contratar operações alavancadas em mercados derivativos, bem como a determinação que operações individuais de hedge estejam limitadas a 2,5% do patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de capital para garantir a continuidade de suas operações e maximizar o retorno aos acionistas, por meio da otimização de uso de instrumentos de dívida e de capital.

A Administração da Companhia acredita que os recursos financeiros disponíveis são suficientes para a sustentabilidade operacional da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e de investimentos nos próximos 12 meses.

26.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de restruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

								Consolidado
								31/12/2019
		Fluxo de caixa						Acima de 5
	Valor contábil	contratual	2020	2021	2022	2023	2024	anos
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	113.806	229.320	222.462	4.518	2.340	-	-	-
Debêntures	47.577	1.005.437	269.823	22.452	44.981	45.112	45.270	577.799
Arrendamento mercantil direito de uso	285.336	536.902	53.114	43.936	42.125	39.985	38.617	319.125
Fornecedores	132.872	132.872	132.872	-	-	-	-	-

26.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente, por equipe dedicada.

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

26.3 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2019. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada a.a. cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	4,2% a 4,60%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	3,8% a 4,5%
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TLP"	5% a 7%

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

CVM n^{o} 475/08 representando 25% e 50% de variação com relação a taxa do cenário provável.

						Controladora
						31/12/2019
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	_	Queda CDI	4,40%	_	_	_
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(45.930)	Aumento CDI	4,40%	(47.951)	(48.456)	(48.961)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.021)	(2.526)	(3.031)
						Controladora
						31/12/2019
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Debêntures. 1ª Emissão - 1ª Série	(534)	Aumento PU/PAR	4,73%	(559)	(566)	(572)
Debêntures. 1ª Emissão - 2ª Série	(288)	Aumento PU/PAR	4,73%	(302)	(305)	(308)
Debêntures.2ª Emissão - 1ª Série	(10.870)	Aumento PU/PAR	4,73%	(11.384)	(11.513)	(11.641)
Debêntures.2ª Emissão - 2ª Série	(20)	Aumento PU/PAR	4,73%	(21)	(21)	(21)
Debêntures.3º Emissão - Serie Única	(692)	Aumento PU/PAR	4,73%	(725)	(733)	(741)
Debêntures.5ª Emissão - 1ª Série	(20.530)	Aumento PU/PAR	4,73%	(21.501)	(21.744)	(21.987)
Debêntures.5ª Emissão - 2ª Série	(6.664)	Aumento PU/PAR	4,73%	(6.979)	(7.058)	(7.137)
Debêntures.5ª Emissão - 3ª Série	(4.510)	Aumento PU/PAR	4,73%	(4.723)	(4.777)	(4.830)
Debêntures.5ª Emissão - 4ª Série	(3.469)	Aumento PU/PAR	4,73%	(3.633)	(3.674)	(3.715)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(2.250)	(2.814)	(3.375)
						Consolidado
						31/12/2019
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	28.798	Queda CDI	4,40%	27.531	27.214	26.897
Empréstimos - TCD Santander	(61.018)	Aumento CDI	4,40%	(63.703)	(64.374)	(65.045)
Empréstimos - ICD Banco do Brasil	(45.930)	Aumento CDI	4,40%	(47.951)	(48.456)	(48.961)
Empréstimos - ICD Societé	(6.858)	Aumento CDI	4,40%	(7.160)	(7.235)	(7.311)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(6.275)	(7.843)	(9.412)

26.4 Administração do risco cambial

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira se referem à subsidiária na Argentina, em situação não-operacional, cujos efeitos cambiais são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

olidado	
31/12/2018	
4	
12.015	
(40)	
542	
12.521	
1	

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

Exposição cambial impactando o patrimônio líquido (em US\$ mil)	3.061	3.232
Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$ mil)	3.061	3.232

26.5 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria, exceto derivativos

A posição dos instrumentos financeiros, exceto derivativos, em aberto na data de encerramento destas demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

	Controladora						
			31/12/2019			31/12/2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	11	354	-	354	
Depósitos Judiciais	16.608	-	16.608	15.819	-	15.819	
Partes relacionadas	1.169.965	-	1.169.965	1.169.951	-	1.169.951	
Passivos							
Fornecedores	(2.417)	-	(2.417)	(2.705)	-	(2.705)	
Partes relacionadas	(39.639)	-	(39.639)	(28.901)	-	(28.901)	
Empréstimos e financiamentos	(45.930)	-	(45.930)	(34.685)	-	(34.685)	
Debêntures	-	(47.577)	(47.577)	-	(43.018)	(43.018)	
	1.098.598	(47.577)	1.051.021	1.119.833	(43.018)	1.076.815	
			Conso	olidado			
			31/12/2019			31/12/2018	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total_	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total_	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	57.876	-	57.876	95.457	-	95.457	
Contas a receber	179.908	-	179.908	314.467	-	314.467	
Depósitos Judiciais	354.764	-	354.764	438.543	-	438.543	
Passivos							
Debêntures	-	(47.577)	(47.577)	-	(43.018)	(43.018)	
Empréstimos e financiamentos	(113.806)	_	(113.806)	(95.268)	-	(95.268)	
Fornecedores	(132.872)	-	(132.872)	(142.279)	-	(142.279)	
Arrendamento mercantil	(285.336)		(285.336)			_	
	60.534	(47.577)	12.957	610.920	(43.018)	567.902	

26.6 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- Nível 2 Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- Nível 3 Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis.

Com base nessa conceituação, o valor justo das debêntures foi definido através de taxa indicativa de negociação de títulos na ANBIMA, sendo classificados na categoria nível 2.

27 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

				Controladora		
	Alterações não caixa					
	Juros e variação monetária	Conversão de ações	Custos com Reperfilamento	Ajuste a Valor Justo		
Debêntures	58.246	(378.068)	-	324.381		
Empréstimos	11.231	-	14	-		
Derivativos embutidos	-	-	-	(9.665)		
Dividendos a pagar não circulante	1.447	-	-	-		
Total dos passivos de atividades de financiamento	70.924	(378.068)	14	314.716		

				Consolidado
Alterações não caixa 2019				
Juros e variação monetária	Adições	Conversão em ações	Custos com Reperfilamento	Ajuste a Valor Justo
58 246	_	(378 068)	_	324.381
27.617	_	-	29	-
-	-	-	-	(9.665)
32.502	355.635	-	-	-
1.447	-			
119.812	355.635	(378.068)	29	314.716
	variação monetária 58.246 27.617 - 32.502 1.447	Juros e variação monetária Adições 58.246 - 27.617 32.502 355.635 1.447 -	Juros e variação monetária Conversão em ações 58.246 - (378.068) 27.617 - 32.502 355.635 - 1.447 -	Juros e variação monetária Conversão em ações Custos com Reperfilamento 58.246 - (378.068) - 29

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Proposta de Integração dos Negócios - eficácia do aumento de capital

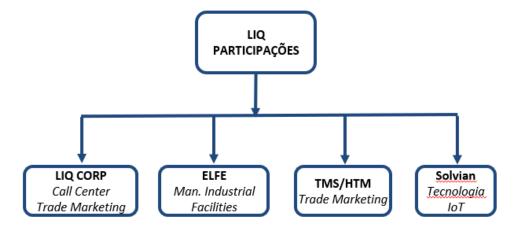
Em 30 de dezembro de 2019 a Companhia anunciou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro, conforme detalhado no Nota Nº 1.2. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva de emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida, estabelecendo a data de 06/01/2020 como marco para a eficácia do aumento de capital de R\$250.000.000.00 e cessão das ações da ETS para a Companhia (ver Nota Nº 1.3).

Dessa forma, o capital social da Companhia a partir de 06 de janeiro de 2020 passa a ser de R\$ 870.814.872,04 (oitocentos e setenta milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), dividido em 23.458.943 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A capitalização da Companhia com as operações da ETS possibilitou a reversão do patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), o qual passou a ser positivo R\$ 84.457 em 06 de janeiro de 2020.

Os efeitos da ETS na posição financeira e nos resultados individuais e consolidados da Companhia estarão refletidos nas informações trimestrais do 1º trimestre de 2020.

Por fim, apresentamos a estrutura operacional da Companhia por empresa e linhas de negócio a partir de 2020 com a integração da ETS:



Alteração da razão social para ATMA Participações S.A.

Em Assembleia Extraordinária de Acionistas realizada em 9 de março de 2020 foi aprovada a alteração da razão social de LIQ Participações S.A. para ATMA Participações S.A., que passará a vigorar a partir de 20 de março de 2020. A partir de 24 de março de 2020, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com o nome de pregão "ATMASA" e o código "ATMP3".

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma).

29 COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata dos efeitos da pandemia de Coronavírus nas Demonstrações Financeiras, a Companhia efetuou a análise dos riscos relacionados ao Covid-19 em suas operações, e não identificou, até o momento, impacto relevante que requeresse ajustes sobre suas demonstrações financeiras.

Nesse momento ainda não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do Covid-19.

No entanto, a Companhia mantém um acompanhamento diário de suas operações, e, vem adotando todas as medidas e protocolos para preservar a integridade e saúde de todos os seus colaboradores. Adicionalmente, intensificou a adoção de medidas preventivas como o sistema de home-office, cancelamento de viagens e limitação de participações em reuniões e eventos.

A Companhia seguirá observando atentamente o desenvolvimento desta situação e manterá o mercado informado sobre qualquer alteração.

Diretoria Executiva

André Felipe Rosado França Diretor Presidente
Luciano Bressan Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Conselho de Administração

Gustavo Fleichman Presidente

André Ferreira Peixoto Vice-Presidente

Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá Conselheiro

Fernando Perez Ruiz Conselheiro

Guilherme Henriques de Araújo Conselheiro

Conselho Fiscal

Ademir José Scarpin Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti Conselheiro
Vital Jorge Lopes Conselheiro

Adalberto Ribeiro da Silva Gerente Contábil Contador - CRC SP - 175304/O-0

* * *